

## FICHA LIMPA E INELEGIBILIDADE: IMPACTOS NO CENÁRIO ELEITORAL BRASILEIRO

### Autor(es)

Amanda Vitória Gonçalves Santos  
Carine Silva Diniz  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) representa um marco no sistema eleitoral brasileiro, trazendo avanços e progressos significativos para o combate à corrupção e ao abuso de poder nos processos eleitorais, seja no mandato em si ou até mesmo nas campanhas eleitorais. Essa norma introduziu critérios de inelegibilidade que visam proteger a administração e a moralidade no exercício do mandato. A Lei Complementar nº 64/1990, que já dispunha sobre inelegibilidades, foi alterada para incluir hipóteses de inelegibilidade a partir de condenações em decisões colegiadas por crimes como corrupção, abuso de poder econômico e improbidade administrativa. A discussão sobre o impacto dessa legislação envolve aspectos políticos e sociais, uma vez que ela afasta candidatos com condenações que comprometem a moralidade pública.

### Objetivo

O objetivo do resumo é analisar as principais legislações complementares que tratam de temas relacionados ao Direito Eleitoral Brasileiro, destacando as áreas específicas no contexto do Estado Democrático de Direito. O foco é analisar e estudar as hipóteses de inelegibilidade presentes na Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 64/1990 e, mais recente, na Lei Complementar nº 135/2010.

### Material e Métodos

Para a realização deste resumo, foi feita uma pesquisa sobre as normas que regulam o direito eleitoral brasileiro, foram analisadas as legislações pertinentes, incluindo a Lei Complementar nº 135/2010 (Ficha Limpa), Lei Complementar nº 64/1990 e o Art. 14 da Constituição Federal de 1988, que regula as hipóteses de inelegibilidade. A pesquisa também incluiu revisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que discorrem sobre a aplicação dessas normas, além de revisões bibliográficas e artigos científicos que discutem o impacto das leis no processo eleitoral. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa, focada em dados históricos e na interpretação de decisões judiciais envolvidas ao tema. O estudo também levou em consideração o levantamento de estatísticos sobre as eleições realizadas após a promulgação da Lei da Ficha Limpa, com o objetivo de verificar o número de candidaturas barradas e os tipos de crimes que mais geraram inelegibilidade.

## Resultados e Discussão

O impacto da Lei da Ficha Limpa no direito eleitoral brasileiro não pode ser discutido sem revisitar as fraudes da Primeira República (1889-1930), que revelou a necessidade de reformas profundas no sistema eleitoral. Esse período foi marcado por corrupção, manipulações e práticas como o "coronelismo", que distorciam a representatividade democrática. Essas práticas corrompiam o processo eleitoral de forma estrutural, impedindo qualquer alternância de poder e limitando a representatividade democrática. A Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/2010), uma resposta à demanda popular por ética política, alterou a Lei de Inelegibilidades (LC nº 64/1990) e impede a candidatura de políticos condenados por corrupção ou abuso de poder. Em 14 anos, a lei barrou mais de 8 mil candidatos, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro. Crimes graves como corrupção e improbidade administrativa geram inelegibilidade por até oito anos. Críticos questionam a rigidez da lei, mas o STF reafirma sua constitucionalidade.

## Conclusão

A lei da ficha limpa desempenhou um papel fundamental ao reunir hipóteses concretas de inelegibilidades com o fim impedir que indivíduos que não apresentem um comportamento adequado ao ocupar cargos eletivos. Visa, portanto, proteger a Administração Pública e a própria ordem democrática de maus gestores que possam violar os interesses públicos. Mas não cabe ao Judiciário apenas consolidar a aplicação da lei, depende da consciência cidadã do povo ao escolher e avaliar bem os candidatos.

## Referências

BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm)

BRASIL. Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp135.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm)

Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência sobre a Lei da Ficha Limpa. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>

STELLA, Ricardo. A Lei da Ficha Limpa e a inelegibilidade. Direito Público. Editora Justiça e Cidadania, Rio de Janeiro-RJ, 02 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/a-lei-da-ficha-limpa-e-a-inelegibilidade/>

SILVA, Cassiano Couceiro, Lei de Inelegibilidade (LC Nº. 64/1990) X Lei da Ficha Limpa (LC Nº. 135/2010): no âmbito jurídico no direito eleitoral brasileiro. Artigo. Duque de Caxias-RJ. Disponível em: [https://apps.tre-rj.jus.br/site/gecoi\\_arquivos/202105181049\\_arq\\_168510.pdf](https://apps.tre-rj.jus.br/site/gecoi_arquivos/202105181049_arq_168510.pdf)